

A História Intelectual e a história de um intelectual da educação brasileira

Claudia Panizzolo*

Resumo

A Academia de Direito de São Paulo funcionou, desde sua criação, como laboratório em que os jovens das elites econômicas e políticas eram convertidos em aprendizes do poder. Este texto focaliza o período, entre as décadas de '60 e '70 do séc. XIX, com destaque para um de seus membros: João Köpke que se notabilizou na cena nacional por meio do uso competente, das sociedades, da imprensa estudantil, bem como da criação de escolas e de impressos de destinação pedagógica. A pesquisa aponta como resultado, que tanto nas relações institucionais, como nas formações sociais, a Academia se converteu em celeiro para os intelectuais.

Palavras-chave: história intelectual; academia de direito; João Köpke.

Abstract

São Paulo's Law Academy has worked since its foundation as a laboratory where young people from political and economic elites were converted to learners of power. This article focuses on the period between the 60 and 70 decades of the XIX century, especially on one of its members: João Köpke who distinguished himself on the national scene by the competent use of students' organizations and media, the mainstream press as well as the establishment of schools and educational press. The research results indicate that both institutional relations, as in the social groups, the Law Academy became a fertile place to intellectuals.

Keywords: intellectual history; law academy; João Köpke.

* Professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. Doutorado e Mestrado em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo – USP. E-mail: claudiapanizzolo@uol.com.br

Sob a história, a lembrança e o esquecimento.
Sob a lembrança e o esquecimento, a vida.
Mas escrever a vida é outra história. Uma
história inacabada. (Paul Ricoeur)

Campo de estudo novo e pouco definido, a História Intelectual tem se constituído, nas últimas três décadas, em estimulante objeto de estudo e de investigação. Muitas vezes confundida com a história das ideias, com a história cultural e com a história dos intelectuais, é indistintamente associada à *Histoire Intellectuelle* praticada na França e à *Intellectual History* dos Estados Unidos.

De acordo com Darnton (1990), a história intelectual, por não apresentar uma problemática norteadora, não se configura como um todo e “seus praticantes não compartilham nenhum sentimento de terem temas, métodos e estratégias conceituais em comum” (p. 188). Mas como então definir História Intelectual, essa nova área que oscila entre ser uma disciplina em formação e um procedimento de análise? Ainda que se reconheça que toda definição traga consigo o risco da imprecisão e da ambiguidade,¹ toma-se de empréstimo do próprio Darnton a definição formulada na obra *O beijo de Lamourette*. Esta definição, a que mais circulou no Brasil, distingue quatro áreas da História Intelectual, escalonadas ao longo de um eixo imaginário, em que as posições referem-se aos níveis de cultura onde se situam os objetos de investigação. De acordo com o renomado autor, a História Intelectual se apresenta como:

[...] a história das ideias (estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), a história social das ideias (o estudo das ideologias e da difusão das ideias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e mentalités coletivas). (Darnton, 1990, p. 188)

Pensar a História Intelectual a partir destes quatro níveis implica considerar o seu domínio pluridisciplinar, ou seja, reconhecer os diferentes enfoques, como o dos agentes socioprofissionais, o das correntes de pensamento, o dos contextos de produção de ideias e, portanto, a

1 A respeito da imprecisão e ambiguidade da definição de Darnton consultar Lacerda e Kirschner (2003).

intersecção de diferentes disciplinas (História, Sociologia, Filosofia, etc). Cada uma dessas disciplinas propicia uma forma de elucidação do objeto. A histórica aborda prioritariamente a história política dos intelectuais, sobretudo os manifestos e as manifestações dos sujeitos históricos. A sociológica enfatiza notadamente a cartografia dos intelectuais, as gerações intelectuais, as redes de sociabilidades e os modos de filiação dos sujeitos no campo intelectual. A filosófica referencia uma análise das obras e da ideias dos sujeitos, como uma possível versão da história da filosofia.

A História Intelectual visa, portanto, dois polos de análise, de um lado o funcionamento do campo, suas práticas, suas regras de legitimação, seus *habitus* e suas estratégias, e de outro lado as características de um momento histórico e os modos de funcionamento e atuação da comunidade intelectual.

Este texto tem por objetivo apresentar uma investigação que buscou, por um lado, a articulação entre a análise externa dos acontecimentos históricos, políticos e sociais e a análise interna das obras estudadas, e por outro lado, a articulação entre a abordagem da dimensão diacrônica dos eventos vividos ao longo da história, e a abordagem sincrônica dos diferentes aspectos de um determinado conjunto.

Este trabalho focaliza o período, entre as décadas de 60 e 70 do século XIX, em que, na plena vigência do regime imperial e da escravatura, se forma e se organiza uma geração de intelectuais que converteu a instrução pública na arma privilegiada de luta republicana e liberal. Daquela geração, destaca-se um dos seus membros, João Köpke, que se distinguiu na cena nacional por meio do uso competente, primeiramente, das sociedades e da imprensa estudantis, depois da grande imprensa, bem como na criação de escolas e de impressos de destinação pedagógica.

O retrato de uma época

Corre o ano de 1871 quando o jovem João Köpke chega a São Paulo, transferido da Faculdade de Direito de Recife, para continuar seus estudos na Academia do Largo. Encontra uma província em efervescência, que já sonha com a modernidade.

Os anos compreendidos entre 1870 e 1890 comportaram intensos contrastes e debates. Tem-se a crise da economia mercantil-escravista

e a substituição do trabalhador escravo pelo livre. A decadência das lavouras tradicionais e o desenvolvimento paralelo do café durante a segunda metade do século XIX deslocam a primazia econômica do país do Nordeste para o Centro-Sul. O Oeste Paulista, região mais recente das plantações, começa a substituir em importância o Vale do Paraíba, região ocupada na primeira fase da expansão cafeeira, agora em decadência, entre outros motivos, pela diminuição da oferta de mão de obra e pelo uso impróprio do solo.

Em 1872, com a nomeação para a presidência de São Paulo de João Theodoro Xavier de Mattos, ex-acadêmico, professor concursado de Direito Civil da Faculdade de Direito e jurista conceituado, a província começa a sofrer as primeiras transformações em sua imagem urbana, passando, ainda nesse ano, a dispor de iluminação a gás. Logo no início de seu governo, novas ruas foram abertas, velhas estradas prolongadas, largos ampliados, jardins públicos foram criados, mudando a paisagem da província de São Paulo.

Em 1875, com a aprovação do Código de Posturas da Câmara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo, a província, que crescera e se desenvolvera até então de acordo com as imposições da geografia e dos interesses pessoais, passou a ter um planejamento que direcionava sua ordenação. Assim, em meio a disposições que incidiam sobre higiene, salubridade, ordem e segurança, o paulista, “geralmente desconfiado, e algumas vezes pouco sociável” (Zaluar, 1975, p. 124), teve que se adequar a uma nova mentalidade, que previa, por exemplo, além da proibição do uso de rótulas e sacadas de madeira e a exigência de pintar as frentes, ou outões, portas, janelas e batentes durante o segundo trimestre de cada ano.

No entanto, além das mudanças físicas da província e comportamentais de seus habitantes, as ideias também estão em plena ebulição. Há uma intensa circulação de novas tendências de pensamento² – imortalizadas pela célebre frase de Silvio Romero: “um bando de ideias

2 Hilsdorf (2003) indicou a existência de três tendências em circulação. Uma delas era o positivismo, que, de acordo com a autora, teve uma ampla aceitação na sociedade brasileira, devido à união de uma proposta de cultivo das ciências modernas, como esteio para o progresso, à “ética cívica de respeito à lei e ao princípio do bem comum” (p. 58). Outra era a do industrialismo cosmopolita presente desde a última década do século XIX e que promovia iniciativas econômicas e educacionais voltadas aos interesses dos industriais. Na direção oposta viria a terceira tendência, denominada de ruralismo, que defendia a “vida campesina como o ambiente ideal para a formação de homens perfeitos” (p. 58).

novas” –, nascidas na Europa e nos Estados Unidos, que atravessaram o Atlântico e aqui aportaram.

Esse período foi palco ainda de mais uma importante transformação: a mudança do regime político-administrativo de Império para República. Embora o marco da Proclamação esteja fincado em 15 de novembro de 1889, é importante retroceder a 1870 para flagrar a diacronia republicana em momentos já de coexistência, ora de cooperação ora de conflito com a instituição monarquista. Por outro lado, é necessário avançar em direção às duas primeiras décadas pós-Proclamação para verificar as lutas e disputas, sobretudo as resistências expressas pelos adeptos do antigo regime.

Os republicanos defendiam o modelo federativo, preservando assim as forças regionais e locais. No entanto, não havia um projeto único, pelo contrário, existiam diferenças significativas entre os projetos dos vários partidos republicanos do país. Na província de São Paulo, o Partido Republicano Paulista (PRP) congregava, além de advogados, jornalistas, engenheiros, médicos e comerciantes (que constituíam o núcleo mais importante do Partido nas outras regiões do país), também numerosos fazendeiros do Oeste Paulista.

Ainda que unidos no combate à monarquia, os republicanos se dividiam quanto aos métodos a serem empregados para a conquista do poder. Havia duas tendências: a revolucionária e a evolucionista. Os defensores da primeira preconizam a revolução popular; os outros confiavam que a República seria alcançada pelo controle pacífico do poder. A opção pela forma evolutiva de conquista do poder político já havia sido anunciada desde dezembro de 1870 com o Manifesto Republicano, mas, em São Paulo, venceu oficialmente no Congresso de maio de 1889. Com essa vitória, os republicanos sinalizavam ainda “que fariam uma reforma pacífica das instituições, ao invés de uma radical revolução social (...), e que sua mentalidade era predominantemente liberal moderada, com uma visão conservadora da democracia” (Hilsdorf, 2003, p. 60).

Ao longo da década de 1870, os republicanos paulistas investiram na configuração do campo doutrinário dessa pedagogia republicana que se fez signo do progresso. De fato, foi preciso redesenhar e recriar todo o sistema de ensino público paulista, através da realização de uma educação que atendesse as diversas camadas sociais e que definisse a pedagogia a ser praticada. Nesse sentido, além de leis, decretos e regulamentos

definidores de políticas a serem adotadas e de estratégias institucionais a serem implementadas, os republicanos paulistas necessitaram configurar, consolidar e divulgar o seu modelo escolar por meio de conferências, artigos e livros didáticos, todos dirigidos aos professores com intenção de prescrever o que e como ensinar.

João Köpke pertenceu a um grupo de intelectuais que, além de defender a reforma social pela reforma da educação, empreendia experiências de escolarização apropriando-se dos referenciais norte-americanos, tendo atuado incansavelmente na abertura e na manutenção de escolas, na difusão de práticas consideradas modernas e científicas, e, sobretudo, na definição e na criação de um novo campo pedagógico, alicerçado em um ensino científico, racional, leigo e seriado e em uma educação primária e secundária, popular e feminina.

A trajetória intelectual de João Köpke

Escrever a história envolve sempre o desejo de conhecer, desvendar, desvelar e reconstruir o passado através da mobilização de testemunhos que buscam dar vida à narrativa que se produz. Uma questão que se levanta diz respeito à escrita da história de Köpke. Que gênero de história é esse que possibilita a reconstrução da trajetória pessoal e profissional de João Köpke – sua atuação e produção pelos lugares por onde passou ao longo de uma vida dedicada em grande parte a assuntos, polêmicas, empreendimentos e eventos da vida educacional do período?

A princípio, a escrita da história de João Köpke parece tratar-se de uma biografia, gênero que passou a ser revisitado desde 1980 a partir de um balanço amplo e detalhado do itinerário da historiografia e pelo alargamento temático, que tem suscitado a constituição de novos objetos e a reconfiguração de antigos temas, articulados na fértil interlocução entre os historiadores da educação e a produção historiográfica contemporânea.

Entretanto a história biográfica não se reduz à história de vida, o que resultaria em uma armadilha, que Bourdieu (2003c) denominou de “ilusão biográfica” (p. 74). Para o autor, a história de vida pressupõe “um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva, de um projeto (p. 74), como se o percurso da vida da pessoa fosse constituído por um deslocamento linear, unidirecional e cronológico, marcado por uma visão de vida como

existência dotada de significação e de direção.

Em termos cronológicos, de fato, uma vida possui finitude: apresenta um começo e um fim. Mas é apenas nesse sentido que pode lhe ser atribuída unidade e totalidade, porque, quando se trata de vivências, uma vida é um sem-número de possibilidades, muitas vezes discrepantes, incoerentes, desordenadas e desprovidas de sentido. Tal como apresenta Bourdieu (2003c), a vida real é constituída por possibilidades concretizadas e não concretizadas, formadas por elementos justapostos e sem razão, em múltiplos tempos e espaços, sendo, no entanto, cada elemento único e imprescindível, portanto uma vida é impossível de ser apreendida como totalidade.

Escrever uma biografia significa, pois, narrar uma trajetória, compreendida aqui não no senso comum do termo, que a torna sinônimo de caminho, percurso, estrada a ser percorrida, tendo já sido dada de antemão, restando ao indivíduo apenas uma sucessão de eventos num espaço determinado. A noção de trajetória que sustenta esta investigação, ao mesmo tempo em que procura não sucumbir à armadilha da ilusão biográfica, parte do pressuposto de que os acontecimentos se definem como alocação e deslocamentos no espaço social, ou seja, se desdobram tanto no tempo e no espaço quanto participam de sua construção (cf. Bourdieu, 2003c, pp. 81-82).

Escrever sobre João Köpke é tentar reconstruir sua trajetória, considerando-o como um personagem intelectual. Nesse sentido, busca-se em Sirinelli (1996) uma melhor compreensão acerca do termo intelectual. Em artigo intitulado *Os intelectuais*, o autor apresenta tanto o caráter polissêmico da definição quanto o aspecto polimorfo do meio intelectual, que acaba por gerar imprecisão no estabelecimento de critérios definidores da palavra, além, é claro, da evolução gerada pelas próprias mutações societárias. Assim defende “uma definição de geometria-variável, mas baseada em invariantes” (Sirinelli, 1996, p. 242), apresentando para tal duas acepções do termo intelectual.

A primeira, de caráter mais amplo e sociocultural, abrange os criadores, ou seja, todos os que “participam na criação artística e literária, ou no progresso do saber” (Sirinelli, 1998, p. 261) e também os mediadores culturais, categoria composta pelos que contribuem para difundir e vulgarizar os conhecimentos dessa criação e desse saber” (Sirinelli, 1998, p. 261). A segunda acepção, de caráter mais restrito,

refere-se à noção de engajamento na vida da cidade como autor, através da intervenção do intelectual em questões que lhe legitime ou privilegie, tomando-as a serviço das causas que defende.

É possível pensar João Köpke como um intelectual em consonância com essas duas acepções aqui descritas. Com relação à primeira acepção, Köpke pode ser definido como um criador, se levarmos em conta critérios como notoriedade e reconhecimento dos contemporâneos. Logo nas suas primeiras atividades como professor, adquiriu fama de “talentoso mestre de reconhecida cultura” (Meneses, 1984, p. 30) e, segundo D’Ávila (1943), tornou-se ainda no século XIX “o mais apercebido mestre da Província” (p. 162). Outro critério que também precisa ser considerado é o da extensão de sua obra. Köpke escreveu, além de cartilhas e livros de leitura, peças de teatro, fábulas e livros infantis que circularam predominantemente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Mas, além de criador, Köpke também pode ser definido como um mediador cultural, na medida em que tanto a sua atuação como educador, caracterizada pelo espírito “bravo e retilíneo” (D’Ávila, 1943, p. 163), quanto o seu envolvimento com a causa republicana foram marcados “pelo pioneirismo na divulgação de modernas ideias e práticas pedagógicas” (Mortatti, 2002, p. 548).

No que diz respeito à segunda acepção, Köpke bacharelou-se em Direito em 1875, tendo sido nomeado promotor público nesse mesmo ano, carreira que logo abandonaria para dedicar-se ao magistério. Dentre as preocupações com a educação, Köpke e seus coetâneos republicanos conferiam grande importância ao ensino da leitura e da escrita, que passou a ser considerado fundamental para a viabilização do regime republicano, através do ensino de conteúdos morais e instrutivos necessários para a formação do novo cidadão.

É provavelmente no ambiente efervescente da Academia de Direito, um verdadeiro “ninho de republicanos históricos” (Martins e Barbuy, 1998, p. 62), que João Köpke tenha entrado em contato com as ideias republicanas, que devem ter sido discutidas e esclarecidas nas conversas com o amigo Francisco Rangel Pestana. A amizade sólida e duradoura entre os dois possivelmente se iniciou na época em que Köpke, ainda quintanista de Direito, trabalhava no jornal *A Província de São Paulo*, fazendo traduções do inglês, onde Rangel Pestana era o redator.

Além de Rangel Pestana, Köpke manteve vínculos de amizade, ou ao menos de convívio profissional, com outros republicanos paulistas, como Antônio Caetano de Campos, Elias Fausto Pacheco Jordão, Américo Brasiliense, Julio Ribeiro, Henrique de Barcellos, João Vieira d'Almeida, Herz Wichdorff, Campos de Paz, entre outros. É interessante esclarecer que esses homens, além de republicanos, eram maçons.

O tratamento das fontes primárias, bem como o estudo da bibliografia pesquisada, não permite afirmar se João Köpke era ou não membro da maçonaria, no entanto tudo indica que era bastante estimado, tendo inclusive recebido o título de Benemérito. Esse dado deve ser cotejado em relação à posição pessoal e profissional de Köpke, considerando-se as regras de pertença e legitimidade social dos lugares por ele ocupado, como, por exemplo, seu cargo de professor no Colégio Culto à Ciência cujas nomeações saíam do seio da maçonaria, ou ainda sua meteórica nomeação para a magistratura, ou a nomeação para o cartório do Rio de Janeiro, que recebeu do Presidente Campos Salles, também membro da maçonaria.

Köpke foi diretor e professor de várias matérias do ensino primário e secundário, dedicou-se a uma profícua produção intelectual escrita voltada a temas relativos à educação e ao ensino, além de ter participado dos principais eventos da vida educacional do período, proferindo conferências pedagógicas e participando como crítico e polemista sempre a serviço da “santa causa republicana”.

Para Sirinelli (1988), a trajetória dos intelectuais remete obrigatoriamente à história política, por isso defende que o termo “intelectual” não seja depurado de sua conotação política, posto que, nas sociedades contemporâneas, a condição política é inerente ao intelectual, seja por uma inserção direta, como testemunha de uma época, seja em sua ação indireta, como homem portador da consciência de seu tempo. Com relação a esse segundo aspecto, o autor afirma que, ainda que o engajamento não seja em sentido estrito, o intelectual “é um agente da circulação das massas de ar culturais que determinam a instalação das grandes zonas ideológicas de uma época” (p. 9) podendo imprimir marcas na classe à qual pertence com sua visão de mundo além de sua intervenção política.

Pensar o poder de ressonância do intelectual revelou-se instrumento eficaz. João Köpke não era um homem do Partido, no sentido estrito,

e, ainda que comungasse dos ideais republicanos, não se converteu em porta voz ou liderança desse grupo. João Köpke foi um pedagogo, um homem que dedicou parte significativa de sua vida à criação de teorias, práticas e instrumentos que fossem capazes de educar os cidadãos que um dia guiariam a República. Expressou seu pensamento político-pedagógico pondo em circulação, na imprensa, nas escolas, nos livros para crianças e nas conferências que proferiu uma pedagogia moderna, que, ao mesmo tempo, tornou-se sinônimo de científica e republicana. Além de membro do estrato intermediário dos intelectuais, Köpke exerceu papel fundamental para a formação de homens que anos depois viriam se consagrar sob a insígnia de escolanovistas.

De acordo com Sirinelli (1996), os processos de transmissão cultural são essenciais para se pensar o intelectual, na medida em que ele se “define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo” (p. 255), ora através de um fenômeno de intermediação, ora por um processo de ruptura, mas de qualquer forma o patrimônio herdado dos mais velhos é “elemento de referência explícita ou implícita” (p. 255).

Analisar o itinerário de um intelectual remete também ao conceito de geração de Mannheim (1982). Esse conceito apresenta basicamente duas interpretações. A primeira refere-se à “sequência das gerações”, que demanda uma relação de domínio dos predecessores, dos contemporâneos e dos sucessores, o que implica, ao mesmo tempo, a ideia de aquisição e de transmissão. A segunda interpretação, por sua vez, diz respeito ao pertencimento a uma “mesma geração”, ou seja, considera como pertencentes a uma mesma geração contemporâneos que viveram determinados acontecimentos e foram expostos às mesmas transformações. No entanto, viver em um mesmo espaço de tempo não significa a necessidade de partilhar as mesmas experiências de vida e a mesma forma de pensar. É preciso mais.

Mannheim (1982), ao lado de critérios biológicos de pertencimento a uma mesma geração, já havia acrescentado a necessidade de existência de um “laço de geração”, que dependeria de um conjunto de sensibilidades e afinidades comuns, herdadas e vivenciadas com a capacidade de criar um sentimento de partilha de um mesmo destino.

Portanto, mais do que geração, interessa aqui a “unidade de geração”, posto seu efeito formador e modelador do grupo. É partindo da adoção

da “unidade de geração” como categoria de análise que se pode entender João Köpke como membro de um grupo, definido desde o convívio acadêmico, e ao qual se manteve unido em diferentes espaços, quer seja no jornal *A Província de São Paulo*, pela impressão de uma “linha comum de argumentação”, quer seja pela atuação no ramo educacional através da iniciativa particular, concretizando a crença no poder do ensino como elemento transformador da sociedade.

Sirinelli (1996) também destaca a organização do grupo de intelectuais em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural, criadora de uma vontade e um prazer pela convivência, denominada estrutura de sociabilidade. Para o autor, em verdade, o termo comumente utilizado para referir-se a essa estrutura é o de “redes”, que pode ser compreendido de duas formas. Ao mesmo tempo em que redes estruturantes do espaço intelectual, também como “microclima” característico de um microcosmo intelectual bastante específico.

A trajetória – ou o itinerário de formação – de João Köpke foi crivada pelas experiências vivenciadas em São Paulo, fundamentalmente em torno da Academia de Direito. Quando Köpke chegou em 1871, encontrou uma São Paulo dos bacharéis envolta em névoas e povoada pelas ideias liberais, democráticas, republicanas e positivistas. Não encontrou apenas ideias, mas participou dos grupos e das redes onde elas eram criadas, formuladas, debatidas e difundidas.

Entender a união de um grupo – e os laços e elos construídos por seus membros – remete à análise da singularidade das regras que regem as redes intelectuais, que, se por um lado, não são leis impostas aos indivíduos, por outro também não são dadas ao acaso, fruto do imprevisto e do casual, mas ao contrário, se constituem pelo sentimento de partilha, pertença e inclusão a determinados ideais comuns.

Com esse referencial é que se analisou o envolvimento do grupo em diversas atividades ligadas à educação. Assim, por exemplo, encontra-se João Köpke lecionando com Francisco Rangel Pestana, Julio Ribeiro e com o Engenheiro Campos da Paz no Colégio Culto à Sciencia e no Colégio Florence, ambos em Campinas. Köpke trabalhou com Antonio Caetano de Campos, Elias Fausto Pacheco Jordão, Américo Brasiliense, Américo de Campos e José Rubino de Oliveira no Colégio Pestana, de propriedade de Rangel Pestana, e na Escola Primária Neutralidade, criada e dirigida por

Köpke e Antonio da Silva Jardim, lecionaram Rangel Pestana, Antonio Caetano de Campos e Narciso Figueiredo.

A compreensão da participação de alguns membros do grupo nos mesmos colégios ganha clareza à medida que se presta atenção a mais de uma dimensão da rede, quer seja, a de se converter em um “coletivo articulado de agências e agentes” (Sirinelli, 1996, p. 150), que atua como veículo de acesso a um determinado conjunto de ferramentas mentais, ou seja, os pensamentos e as ideias socialmente determinados, das quais o indivíduo é portador e que instrumentam seu pensar e agir.

Ainda nesse sentido, a rede, ao mesmo tempo em que valida e legitima as ferramentas mentais, também apresenta objeções a outros conjuntos de ferramentas. Assim, funciona tanto como base de apoio para as iniciativas individuais de seus membros como filtro regulador e inibidor de novas investidas e arranjos morfológicos.

Aliado a esse quadro teórico e ao entendimento de que João Köpke, unido pelo sentimento de partilha e pertença, participou efetivamente da rede intelectual e política que, em fins do século XIX, comungava os mesmos ideais liberais, democráticos, republicanos e maçons, escrever sobre a trajetória de João Köpke remete à discussão acerca de sua singularidade biográfica. Nesse sentido, caberia interrogar se João Köpke seria um sujeito mecanicamente determinado pelas condições objetivas, como, por exemplo, o contexto familiar, ou, ao contrário, se sua trajetória seria fruto exclusivo de seu talento pessoal.

Para responder a essa questão, recorreu-se a Bourdieu (1990; 2003c), que afirma, com absoluta pertinência, que o trabalho biográfico deve ser investigado como resultado e produto de uma estrutura social, ou seja, através da mediação entre indivíduo e sociedade.

Parte-se, portanto, do princípio de que todo e qualquer indivíduo é constituído por uma bagagem socialmente herdada. Essa bagagem inclui alguns componentes objetivos, que são externos ao indivíduo e que podem vir a ser postos a serviço do sucesso escolar. Constituem essa bagagem o capital econômico, o capital social e o capital cultural institucionalizado.

Enquanto o capital econômico refere-se especificamente às propriedades e aos bens, o capital social diz respeito ao conjunto de relacionamentos sociais mantidos, nesse caso, pela família. Além dos bens e propriedades e da extensão da rede de relações, há ainda o capital cultural institucionalizado, constituído basicamente pelos certificados,

diplomas e títulos escolares, outro componente que, por seu caráter objetivo, mantém relativa autonomia em relação ao seu portador.

Contudo, o patrimônio transmitido pela família inclui, além desses componentes objetivos, certos elementos que são adicionados à própria subjetividade do indivíduo, como o capital cultural em seu estado incorporado e objetivado. Os elementos constitutivos do capital cultural incorporado que merecem destaque aqui são os saberes voltados à formação de uma cultura geral; o domínio em maior ou menor grau da língua culta; o gosto por assuntos voltados à arte, à música, ao lazer, ao vestuário, aos esportes, ao paladar, etc., além, é claro, das informações sobre o mundo escolar.

João Köpke, filho de uma família da elite intelectual, conviveu e aprendeu a conviver desde a mais tenra idade, e enquanto residiu em Petrópolis, com crianças também oriundas de famílias como a sua, legítimos representantes da elite, fosse intelectual, econômica ou política. Provavelmente acompanhou seus pais a festas e comemorações importantes da localidade, além de ter convivido na sua própria casa com pessoas, parentes, amigos e visitas também pertencentes a sua classe social, ou melhor, a sua fração de classe. A partir dessa convivência, ao longo de sua infância e mesmo na adolescência, estabeleceu um conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos na esfera de ligações de sua família.

Esses relacionamentos trazidos desde o berço e acumulados ao longo de sua trajetória social se converteram em capital social, e se tornaram fundamentais no sentido de assegurar determinada posição no espaço social. (cf. Bourdieu, 2003a, 2003b). No entanto, o capital cultural, sobretudo no seu estado incorporado, constituiria o elemento da herança familiar a produzir maior impacto na definição do destino escolar.

Pode-se afirmar que a posse de capital cultural herdado de sua família favoreceu o desempenho escolar de João Köpke, de modo a facilitar a aprendizagem tanto dos conteúdos curriculares quanto dos códigos linguísticos, intelectuais e mesmo disciplinares veiculados e sancionados pela escola, além de ter sido fundamental para a criação de certos esquemas mentais ou modos de pensar o mundo, que possibilitaram a criação de referências culturais e, sobretudo, o domínio da língua culta.

Cabe destacar que, ao referir-se ao capital cultural, Bourdieu (2003b) o define como “um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo

e tornou-se parte integrante da pessoa, um *habitus*” (pp. 74-75). Nesse sentido, João Köpke não seria de maneira alguma um ser autônomo e autoconsciente, mas também, de forma alguma, um ser mecanicamente determinado por forças objetivas. João Köpke, pelo contrário, agiria orientado por uma estrutura incorporada, denominada *habitus*, que, seguramente, refletiria as características da realidade social na qual foram socializados.

Considerações finais

A crença generalizada na instrução e na educação fez com que homens das décadas de 1860 e 1870, como João Köpke e seus coetâneos se propusessem a ilustrar, investindo e definindo acerca dos assuntos educacionais, tomando a escolarização elementar como uma de suas mais fundamentais bandeiras de luta. Assim, essa geração de intelectuais esteve à frente das iniciativas no âmbito da imprensa republicana, onde, como redatores ou colaboradores, escreveram, defenderam e propuseram medidas relativas às questões educacionais. Esses homens exerceram também liderança e destaque nas associações literárias e científicas, proferindo conferências, palestras, inaugurando gabinetes de leitura e lecionando em cursos noturnos. Dedicaram-se ao ensino privado, através da criação, direção, apoio e docência em escolas de caráter inovador e científico.

Em especial, João Köpke nas múltiplas atividades que realizou ao longo de mais de setenta anos de vida, mostrou-se movido por um projeto político-intelectual bastante característico, garantia de uma unidade de sentido, presente em suas atitudes e em seus escritos. João Köpke a todo tempo demonstrou-se preocupado com problemas e temas relativos à organização político-educacional do Brasil, do que resultou a elaboração de uma metodologia especialmente voltada para o ensino da leitura e da escrita com base nos ideais republicanos.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. (1990). *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense.
- BOURDIEU, P. (2003a). “O capital social”. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes, pp. 65-70.
- _____ (2003b). “Os três estados do capital”. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes, pp. 71-80.
- _____ (2003c). *Razões práticas; sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus.
- CRUZ, H. de F. (2000). *São Paulo em papel e tinta; periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo, EDUC/FAPESP/AESP/Imprensa Oficial.
- DARNTON, R. (1990). *O beijo de Lamourette*. São Paulo, Companhia das Letras.
- D’ÁVILA, A. (1943). História da Educação no Brasil. *Revista de Educação*. São Paulo, v. XXX, pp.161-165.
- HILSDORF, M. L. S. (2003). *História da educação brasileira*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning.
- LACERDA, S. e KIRSCHNER, T. C. (2003). “Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos”. In: LOPES, M. A. (org.). *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo, Contexto.
- MANNHEIM, K. (1982). “A sociologia”. In: FORACCHI, M. M. (org.). *Mannheim*. São Paulo, Ática.
- MARTINS, A. L. e BARBUY, H. (1998). *Arcadas; história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. São Paulo, Alternativa.
- MENESES, J. G. de C. (1984). Discurso de posse. *Boletim da Academia Paulista de Educação*. São Paulo, n. 9, pp. 26-38.
- MORTATTI, M. do R. L. (2002). “João Köpke”. In: FAVERO, M. de L. de A. e BRITTO, J. de M. (orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil; da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro, UFRJ/MEC – Inep – Comped.
- SIRINELLI, J.-F. (1988). *Génération intellectuelle; Khâgneux et Normaliens dans l’entre deux-guerres*. Paris, Fayard.
- _____ (1996). “Os intelectuais”. In: RÉMOND, R. (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV.
- _____ (1998). “As elites culturais”. In: RIOUX, J.-P. e SIRINELLI, J.-F. (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa, Estampa.
- ZALUAR, A. E. (1975). *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP (Reconquista do Brasil, v. 23).